

Apoio popular leva Governo a preparar choque

O gatilho salarial seria substituído por congelamento dos principais preços e tarifas

O ACORDO SOCIAL

O GOVERNO DEVERIA FAZER EMPRESÁRIOS E TRABALHADORES ENTRAREM NUM ACORDO PARA AUMENTAR POR IGUAL OS PREÇOS E OS SALÁRIOS?

	SÃO PAULO	RIO
	%	%
SIM, SERIA ÚTIL E NECESSÁRIO	83	83
	13	14
ISO É FÁCIL DE SER OBTIDO É DIFÍCIL DE SE OBTER	24	21
	70	74
É POSSÍVEL CONSEGUIR É IMPOSSÍVEL CONSEGUIR	62	61
	33	35
O GOVERNO SARNEY TEM FORÇA PARA CONSEGUIR NÃO TEM FORÇA PARA ISTO	53	49
	42	47
O GOVERNO DEVERIA FORÇAR ESTE ACORDO	53	56
	53	56
DEIXAR LIBERDADE PARA SER FEITO	41	37

ARNOLFO CARVALHO
Chefe de Reportagem

O pronunciamento do presidente José Sarney no 1º de maio e a divulgação de uma pesquisa de opinião pública do Instituto Gallup, a favor de um "acordo nacional", são os primeiros passos que o Governo está adotando para promover, dentro de um ou dois meses, um novo choque na economia, trocando o gatilho salarial por um congelamento com prazo fixo, limitado aos principais preços e tarifas, de forma a reverter novamente a popularidade do Presidente e impedir que a onda de pressão política por diretas-já se transforme numa avalanche incontrolável.

Assessores do Palácio do Planalto confirmaram ontem a preparação do novo choque, que na realidade já estava nos planos do Governo desde o início do ano, quando se desencadeou o realinhamento dos preços hoje praticamente concluído. As próximas semanas serão utilizadas pelo novo ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, para aperfeiçoar a reindexação da economia, de forma a deixar correndo na mesma velocidade os preços relativos, salários e câmbio, de forma que no momento do choque seja paralisada de uma só vez a corrida dos índices.

Até a virada do semestre será desencadeado este novo ataque à inflação inercial, de acordo com estes assessores, criando assim condições de estabilidade econômica no País que permitam a retomada do controle político por parte do Palácio do Planalto. Os conselheiros de Sarney sabem que trabalham contra o tempo, na medida em que cada dia a mais representará um aprofundamento do desgaste junto à opinião pública orientada pelas lideranças políticas que jogam na realização de eleições diretas para Presidente da República logo após a conclusão da nova Constituição.

As próximas providências a serem adotadas neste sentido devem incluir ajustes nas tarifas do setor público, de modo a deixar as estatais em condições de enfrentar novo período de congelamento limitado sem

acumular prejuízos. A minidesvalorização de 8,43 por cento em vigor a partir de amanhã poderá ser seguida de outros ajustes cambiais, acima das minis regulares, com o mesmo objetivo de alinhamento de preços, câmbio e salários. No caso do câmbio, busca-se também condição de garantir as exportações mesmo durante a trégua do novo choque.

Os estudos de política salarial já em andamento no Ministério do Trabalho serão depois anexados às exigências da nova equipe econômica no Ministério da Fazenda, para que se tenha a fórmula politicamente menos desgastante para substituir o mecanismo do gatilho por alguma proteção aos salários que não seja fator de realimentação da inflação. Há quem defenda, dentro do Governo, a manutenção do gatilho nos moldes atuais — reajuste de salário a cada 20 por cento de inflação — por acreditar que seus efeitos serão neutros caso a economia volte a ter taxas de inflação reduzidas.

Se os sindicatos podem ser contentados com a garantia contra a inflação elevada e algum abono salarial para concluir o realinhamento entre todas as datas-bases, o mesmo não se pode dizer do setor empresarial, considerado pelo Governo como o principal foco de resistência à reedição do Plano Cruzado. Com o mesmo vigor com que bombardeou o primeiro congelamento e o ex-ministro Dilson Funaro, o setor empresarial — principalmente a indústria e os bancos — já está se opondo à reedição do choque heterodoxo sob a justificativa de que não funciona por violentar as leis de mercado.

O principal problema para o novo choque — a falta de credibilidade na autoridade do Presidente da República — poderá ser contornado, de acordo com assessores de Sarney, pelo engajamento da opinião pública no projeto de devolver estabilidade à economia, se preciso passando por cima dos interesses dos políticos já empenhados em preparar seus próprios caminhos através da redução do mandato presidencial. Sarney sabe que não poderá contar com as correntes dos "candidatos a candidatos", a menos que pro-

move um fato consumado que reverta sua falta de popularidade.

Na área externa, a intenção do Palácio é ir cozinhando em fogo brando os credores, sem apressar nenhuma negociação até que se tenha o resultado do novo choque sob a forma de queda na inflação e retorno dos investimentos. Quando isto ocorrer — espera o Governo — será possível sentar à mesa de negociações tendo como trunfo os resultados do combate à inflação sem recessão. Acredita-se também que os investimentos serão retomados mais rapidamente do que na época do Plano Cruzado, já que agora o setor produtivo sabe o que significa para seus negócios o aumento do poder aquisitivo dos assalariados de menor renda, decorrente do congelamento temporário de preços.

O grupo palaciano que vem trabalhando na ideia do novo choque acha que desta vez serão evitados os erros do passado: não existem eleições à vista, que possam representar pressão política em favor do prolongamento do congelamento além do que recomendam os economistas heterodoxos, e portanto não haverá tam bém maior resistência contra o indispensável corte de despesas públicas. A redução do déficit público durante o congelamento de preços e salários é recomendado inclusive por economistas do Fundo Monetário Internacional, como única forma de impedir que após o descongelamento a inflação volte a todo vapor.

A escolha de Luiz Carlos Bresser Pereira para substituir Funaro não foi nem surpresa nem imposição do deputado Ulysses Guimarães, de acordo com estes assessores, mas representou exatamente o que queria o presidente Sarney para a política econômica após o descredito provocado pelo Cruzado II em novembro. Bresser tem autoridade acadêmica e credibilidade para reunir novamente, como está fazendo de maneira informal, os economistas responsáveis, pela formulação da teoria do choque heterodoxo para combater uma inflação tipicamente inercial como a brasileira, na opinião dos assessores do Planalto.